

O lugar do passado no eterno país do futuro: Reflexões sobre o turismo cultural no Brasil à luz do caso de Pelotas, RS

The place of the past in the eternal country of the future: Reflections on cultural tourism in Brazil in light of the case of Pelotas, RS


Flávio Sacco dos Anjos

Doutor em Sociologia Rural, Universidade Federal de Pelotas. E-mail: saccodosanjos@gmail.com

 0000-0002-0582-7627

Nádia Velleda Caldas

Doutora em Agronomia, Universidade Federal de Pelotas. E-mail: velleda.nadia@gmail.com

 0000-0002-0303-0681

Resumo

O artigo propõe uma reflexão acerca do turismo cultural no Brasil a partir de documentos concebidos pelo governo federal, evidenciando a necessidade de repensar os dispositivos de valorização do patrimônio cultural. Aborda também o caso do turismo de Pelotas como expressão das distorções de uma narrativa histórica construída sobre a exaltação das glórias de uma elite escravocrata e o processo de silenciamento dos subalternos na formação da cultura regional.

Palavras-chaves: turismo; cultura; Brasil.

Abstract

The article proposes a reflection on cultural tourism in Brazil based on documents designed by the federal government, highlighting the need to rethink the devices for valuing cultural heritage. It also addresses the case of tourism in Pelotas as an expression of the distortions of a historical narrative built on the exaltation of the glories of a slave-owning elite and the process of silencing subalterns in the formation of regional culture.

Keywords: tourism; culture; Brazil.

DOI: 10.18616/rdsd.v10i1.8244

Recebido: 08/11/2023

Aprovado: 05/02/2024

1. Introdução

Um vilarejo inteiro será engolido pelas águas de uma usina hidrelétrica a ser construída numa região do nordeste do Brasil. Desesperados com a notícia os moradores se reúnem para debater o assunto e discutir saídas possíveis diante da tragédia que se anuncia no horizonte. Líderes locais relatam a conversa que tiveram com os engenheiros encarregados do projeto e execução da portentosa obra, que, de um lado, promete o progresso para a região e que, de outro, decreta a fatídica morte da pequena localidade.

Quando tudo parecia perdido surge uma ideia alvissareira, qual seja, a de provar que a região tem história, que possui valor cultural, que é um patrimônio a ser preservado. Em sendo reconhecidos tais atributos pelas autoridades governamentais, a desgraceira seria evitada e todos continuariam a viver na terra em que nasceram e onde estão enterrados seus ancestrais. Mas quem seria responsável por traduzir velhas estórias em algo digno de valor e reconhecimento público? A missão de descrever a gloriosa fundação da localidade estava longe de ser tarefa simples, isso porque os moradores eram muito pobres e quase todos analfabetos.

Eis que vem à mente a lembrança de Antônio Biá, um sujeito que vivia no vilarejo, onde dantes era encarregado do serviço de correios. Ocorre que Biá foi expulso da cidade justamente por criar fofocas entre os moradores, produzindo falsas cartas que artificialmente inflavam o movimento postal. O cidadão fazia isso justamente no afã de preservar seu emprego numa comunidade ágrafa, formada de gente miserável e ignorante. Eis agora a chance de redimir Biá, fazendo dele o agente responsável por conceber um texto dotado de valor científico que, em sendo reconhecido, livraria a cidade de tão grave infortúnio. Biá aceita o desafio e inicia seu périplo, dialogando com os moradores no afã de reunir fatos que ajudassem a lapidar o mito fundador do lugar e as glórias do passado. Mas Biá se depara com um grande problema. É que há versões muitas distintas sobre a criação do povoado. Uma narrativa que anseia converter-se em verdade não pode ser edificada em meio a um cipoal de estórias tão discrepantes que enaltecem heróis e cenas épicas, segundo as preferências e conveniências de quem as relata.

Cansado das idas e vindas, Biá renuncia à missão e abandona o povoado, causando revolta na comunidade. A barragem é finalmente construída e o povoado desaparece em meio à tristeza e o assombro dos seus habitantes que viram a água represada tragar suas raízes, suas lembranças e seus pertences. Esse é o enredo do longa metragem "Narradores de Javé" (2003), dirigido pela cineasta brasileira Eliane Caffé, o qual foi agraciado com diversos prêmios em festivais nacionais e estrangeiros de cinema.

Javé é um lugar fictício, assim como as suas personagens. Todavia, o enredo do filme poderia ser visto como o relato do que passou em inúmeros rincões olvidados do

Brasil e de todo o mundo que sucumbiram no curso das transformações impostas pelo jogo de interesses dos que detêm o poder. A estória dos “Narradores de Javé” pode ser entendida como uma alegoria que expõe com extrema clareza os dilemas que envolvem a construção de relatos históricos e a formação de uma identidade sociocultural. Destarte, serve de pano de fundo para evidenciar as distâncias que separam a linguagem escrita e a linguagem oral, entre cientificidade e imaginação, entre ficção e realidade.

O mito fundacional dos lugares exalta heróis e fatos grandiosos, mas promove também ocultações, silenciamentos e fabulações. No romance distópico 1984 George Orwell nos legou um dos aforismos mais desconcertantes sobre o papel da história ao afirmar que quem domina o passado, domina o futuro. E quem domina o presente, domina o passado.

Destarte, a grande virada no campo da história nos é dada pela obra de Michel Foucault. O filósofo francês concebe a história como a enunciação de um discurso que guia a produção de conhecimentos que são concebidos segundo os interesses dos autores. Em virtude disso há que desconfiar sempre das evidências e renunciar a verdades pré-estabelecidas. Foucault desnaturaliza verdades consagradas, rechaça a visão linear de eventos e a suposta potência de personagens míticos e figuras lendárias.

Assim procedeu ao estudar a história da loucura (Foucault, 1978), das prisões (Foucault, 1987) e da sexualidade (Foucault, 1999). Nesse sentido, como bem ressaltou Ströher (2014, p.29), “Foucault nos convida a desconfiar das evidências, a não aceitar as verdades pré-estabelecidas, a duvidar das explicações que parecem elementares”. Com sua visão revolucionária Foucault rechaça a causalidade linear, a força influenciadora de heróis míticos e o espírito de uma época a forjar a visão que temos do passado. Com efeito, o “[...] caleidoscópio foucaultiano é uma miríade de mudanças, de novos elementos que se inserem a cada mudança de olhar” (STRÖHER, 2014, p.38).

A ideia de patrimônio cultural, segundo definição adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2023), “remete à riqueza simbólica, cosmológica e tecnológica desenvolvida pelas sociedades, e que é transmitida como herança ou legado”. O artigo 216 da constituição brasileira estabelece que o patrimônio cultural inclui bens de natureza material e imaterial, modos de criar, fazer e viver, criações científicas, artísticas e tecnológicas, obras, documentos, edificações, conjuntos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico (C.F. de 1988).

O fato é que há uma íntima e indissociável relação entre história e patrimônio cultural. Mas como vimos anteriormente, a história é sempre uma construção social ou, melhor dito, a instituição de um discurso que modela processos de subjetivação, conforma objetos, cria normas e processos de saberes, bem como elabora um dado desenho da realidade. Ocorre que esse processo se dá invariavelmente mediante práticas e dispositivos

que ordenam os fatos segundo as conveniências, as hierarquias sociais e as estruturas de poder.

Não nos parece exagerado afirmar que o Brasil é o país de incontáveis iniquidades. O genocídio indígena e a escravização de africanos são eventos históricos que nos legaram uma herança maldita que se vê traduzida hoje no racismo estrutural, nos processos de discriminação e de exclusão social. O arsenal de medidas de combate a esta dura realidade é vasto, incluindo políticas afirmativas e de promoção da igualdade racial, inclusão produtiva, ampliação do acesso à educação e à saúde pública, dentre tantas outras iniciativas.

Tais medidas são necessárias, mas insuficientes na medida em que seu alcance não adentra o terreno das subjetividades, dos mecanismos subliminares que reproduzem o racismo dentro das escolas, das fábricas e de todos os espaços de convívio social. E se o racismo está enraizado nos tecidos profundos de nossa estrutura social, não deveria ser a cultura o instrumento, através do qual, se deveria enfrentar tal realidade? As políticas de valorização do patrimônio cultural no Brasil estão devidamente identificadas com a luta contra as mais sutis e perversas formas de discriminação racial?

O objetivo deste artigo é ensaiar respostas possíveis a estas intrigantes questões. O texto está organizado, além dessa apresentação em três outras seções. A primeira delas propõe a análise de dois materiais produzidos pelo governo federal, os quais estão relacionados com o turismo em geral e com o turismo cultural no Brasil em específico. A segunda seção realiza uma abordagem reflexiva e crítica sobre um dos mais tradicionais eventos de turismo cultural do Rio Grande do Sul, a “Festa Nacional do Doce”, bem como dos dispositivos de valorização do patrimônio histórico existentes nesta tradicional cidade brasileira (Pelotas) onde a mesma é celebrada. Analisaremos, ainda que de modo sintético, as razões que explicam o esplendor dessa importante localidade gaúcha, assim como algumas das mais perturbadoras contradições das ações ligadas ao turismo local. Essa abordagem não somente ilustra os problemas aqui mencionados acerca do turismo cultural, mas também as distorções de uma narrativa histórica construída sobre a exaltação das glórias de uma elite escravocrata, bem como do silenciamento dos subalternos. As considerações finais são apresentadas na terceira e última seção deste artigo.

2. O turismo cultural no Brasil

O Plano Nacional de Turismo 2018-2022 – Mais emprego e renda para o Brasil, reúne um conjunto de metas para este setor econômico no país e que inclui: aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros, aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais, ampliar o número de brasileiros em viagens internas (turismo doméstico), assim como o número de empregos ligados ao turismo. Além disso, estabelece uma série de diretrizes e linhas de atuação que vão desde a melhoria de infraestrutura nos destinos e

regiões turísticas, atração de investimentos, oferta de linhas de crédito, até o aperfeiçoamento dos indicadores de monitoramento de evolução do setor turístico.

No extenso documento (160 páginas) há uma multiplicidade de gráficos, tabelas e ilustrações sobre a evolução do turismo no Brasil e no mundo e da situação atual deste segmento. Dentre as metas propostas consta elevar a chegada de estrangeiros ao país de 6,6 para 12 milhões de pessoas, assim, como ampliar a receita cambial do turismo dos atuais U\$ 6,6 para U\$ 19 bilhões, além de gerar dois milhões de novos empregos. No ranking da Organização Mundial de Turismo (2020) o Brasil aparece na posição 43º com o ingresso de apenas 2,1 milhões de turistas estrangeiros.

Apesar de ser este um ano atípico diante dos efeitos da pandemia do Covid-19, parece claro que a situação do Brasil é francamente desconfortável para um país que é mundialmente reconhecido por suas belezas naturais e por uma cultura rica e diversificada. As razões para compreender este quadro escapam ao objeto deste artigo, as quais passam pelos mais diversos tipos de problemas (insegurança pública, precariedade dos transportes, falta de planejamento, despreparo dos agentes de turismo, etc.).

Por mais otimistas que sejamos, o documento em questão denuncia a sua fragilidade. Mostra-se eivado de platitudes e fatos absolutamente distantes da realidade que vive o país. Segundo dados do Ministério do Turismo (2023), em 2022 ingressaram no Brasil 3,63 milhões de turistas estrangeiros, cifra que está muito aquém do que propunham as ambiciosas metas do aludido plano. Os dados do Brasil são pífios se comparados com o México que acolheu nada menos que 51,1 milhões de viajantes, bem como da pequenina Croácia com 21,6 milhões de turistas, apenas para citar alguns exemplos.

Dentro do tópico “Estruturação do Turismo brasileiro” consta a estratégia “promover a valorização cultural e natural para visitação turística”, preconizando:

[...] a capacitação dos membros da comunidade, onde os bens culturais e naturais estão assentados, para capacitá-los a perceber o ambiente que os cerca e criar uma relação de pertencimento. Dessa forma, educação patrimonial e ambiental são temas que podem contribuir não só para a assimilação da importância desses bens, como também para a criação de novos produtos turísticos, tornando-os mais atrativos ao público e gerar [sic] mais fluxo e renda na cadeia turística (CNT, 2018, p.102).

Não resta dúvida de que a valorização do patrimônio passa pela educação patrimonial e ambiental, sobretudo se levamos em conta que a preservação dos bens de valor cultural pressupõe o reconhecimento de sua grandeza por parte das pessoas, tanto dos turistas como de todas as pessoas que integram uma dada comunidade. É nesse contexto que cobra protagonismo a chamada “arqueologia pública” como fonte inspiradora e base de referência do se veio a chamar educação patrimonial. Consta que:

[...] nos últimos anos, os arqueólogos brasileiros começaram a introduzir uma agenda em Arqueologia Pública, como atividades educativas, e isso inclui uma interação com a comunidade (incluindo sociedades indígenas) bem como a proteção e preservação dos recursos arqueológicos. Começaram assim a assumir sua responsabilidade social em relacionar a experiência do passado à do presente, e contribuir na promoção do futuro (FUNARI e ROBRAHN-GONZALEZ, 2008, p.22).

Mas o aludido documento (Plano Nacional de Turismo) está longe de pensar no caráter transversal dessa atividade produtiva que é tomada no texto como um setor estanque. A educação patrimonial (formal e informal) requer ações efetivas e um reencontro com uma história que vai muito além dos mitos criados pelos setores dominantes de uma sociedade que foi erguida a partir do aniquilamento sistemático dos estamentos inferiores da pirâmide social. Essa forma de arqueologia, segundo Funari e Robrahn-González (2008, p.18), se apoia em pressupostos que merecem ser observados, como assim destacam nas alusões que fazem a projetos nesta linha levados a cabo no Brasil:

Ademais, vestígios materiais do período histórico também têm sido utilizados para mostrar que a imagem dada por documentos é tendenciosa e que negros, índios, mestiços, imigrantes, migrantes e comunidades em geral costumam ser sub-representadas nos documentos oficiais, cujas evidências materiais têm sido agora recuperadas pela arqueologia. O material didático de escolas primárias está também introduzindo as evidências arqueológicas a fim de dar às crianças uma visão mais complexa do passado, permitindo-lhes melhor compreender os atuais contextos e contradições da sociedade.

De fato, o documento do Ministério do Turismo menciona ações integradas com outras esferas do governo e possíveis articulações com agentes públicos e privados. Entrementes, não parecem ir além de manifestação de intenções, o que torna absolutamente impensável atingir a meta de dobrar a vinda de turistas, assim como atingir os demais indicadores mencionados anteriormente. Não se percebe ali qualquer indício de pensar o turismo como elo de ligação com a questão da cultura ou da educação.

O segundo documento sobre o qual nos debruçamos é o guia "Turismo Cultural: Orientações Básicas" publicado em 2010, pelo Ministério do Turismo, em sua 3ª edição. Na apresentação da obra consta que "as políticas públicas de turismo, incluindo a segmentação do turismo, têm como função primordial a redução da pobreza e a inclusão social" (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p.9).

Decididamente, como veremos à continuação, não é essa a base conceitual em que se estrutura este documento elaborado pelo Ministério do Turismo e pelas instâncias implicadas (Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação). Há um item (3.5) do aludido documento que trata da chamada interpretação patrimonial.

Acertadamente é dito que: “Interpretar é mais que informar, é revelar significados, provocar emoções, estimular a curiosidade, entreter, inspirar novas atitudes, proporcionar experiências inesquecíveis e com qualidade” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p.66).

Em grande medida a ideia de interpretação patrimonial é o resultado da influência exercida pela obra “*Interpreting our heritage*” do norte-americano Freeman Tilden, publicada pela primeira vez em 1957, a qual estabelece os princípios e bases teóricas da interpretação patrimonial (MORALES MIRANDA, 1998; PADRÓ, 2002). As teses de Tilden impulsionaram iniciativas de valorização dos sítios de patrimônio cultural e paisagístico, sobretudo a partir dos anos 1980, fazendo emergir novas variantes de atividade turística, incluindo o turismo natural, o ecoturismo, o turismo rural, etc.

Com base nesses princípios foram criados diversos Centros de Interpretação do Patrimônio Cultural (CIPC), entendidos como estruturas que atendem a múltiplas finalidades, entre as quais, a de revelar aos seus visitantes certos significados (explícitos e implícitos), através do exercício da experiência direta. Mas a questão não se restringe ao âmbito do visitante, dado que os CIPC podem também produzir externalidades positivas no âmbito das comunidades ao induzir dinâmicas de pertencimento, de fortalecimento da identidade, de compromissos mais amplos com a preservação do patrimônio tangível e intangível. Não menos importante é a dimensão cognitiva ao abrir passo à possibilidade de que novos conhecimentos sobre a cultura e sobre a história de um dado lugar possam ser incorporados a uma memória que é coletiva.

Todavia, a breve menção ao tema da interpretação patrimonial não é mais que uma pequena digressão no conjunto do texto elaborado pelo Ministério do Turismo. A linguagem empregada é eminentemente econômica, traduzida na relação do turismo com o ambiente de negócios. Ao longo do livro percebe-se que o léxico adotado na exposição das ideias traduz uma ênfase centrada na dimensão mercadológica do turismo. Isso fica evidente na recorrência de termos atinentes ao âmbito da economia de mercado. A Tabela 1 foi construída justamente no afã de evidenciar esse aspecto.

Tabela 1. Recorrência de termos no documento do Ministério do Turismo (2010) segundo o grau de proximidade ou semelhança.

Terminologia	Nº
Mercado/mercados/mercadológico/marketing	61
Negócios/cliente	28
Produtos/produção/produtivo	215
Comércio/comercialização/venda	37
Consumo/consumidores/clientela	42
Oferta/ofertado/demanda	73
Econômica/economia/financeiros	34

Atrativos/atratividade	91
Empresa/empresários/competitividade	37
Agregar/agregação/agregado	17

Fonte: Elaboração dos autores (2023).

A cultura é um produto a ser consumido e o turismo é o veículo dessa equação mercadológica. O fim de tudo é a venda, e a venda é o ponto culminante de uma lógica que se impõe sobre todos os fatores implicados. Tem-se aqui consagrado o primado do econômico, melhor dito, do mercadológico sobre todas as demais dimensões (social, cultural, política, pedagógica-cognitiva, identitária, semiológica, imagética, etc.) com as quais o turismo dialoga enquanto atividade humana produtora de significados.

A lei da oferta e da demanda é assumida como chave explicativa de todos os processos e como entidade validadora dos comportamentos que se anseia infundir entre os atores que participam dos processos. A falácia economicista foi denunciada na clássica obra de Karl Polanyi (2012) que rechaça a associação automática da economia com sua forma de mercado. Que fique aqui claro que não se está a negar a importância econômica do turismo em geral e do turismo cultural em específico. A questão sobre o qual nossa atenção está posta recai na amplificação da mercantilização, da tradução direta de todos os aspectos e processos à lei da oferta e da procura e da escassa (ou nula) importância atribuída a outros fatores e compromissos que deveriam ser firmados entre Estado e sociedade civil, entre as diversas instâncias de governo e as comunidades afetadas ou envolvidas nas iniciativas ligadas ao turismo.

Os mercados, como alude Polanyi (2012, p.45), existem como instituição desde a idade da pedra e “seu papel era apenas incidental na vida econômica”. O problema está em converter a lei da oferta e da demanda em elemento fundante das relações que os indivíduos travam entre si, ou seja, como fundamento ontológico de todos os processos sociais. Eis que:

A sociedade tem de ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Esse é o significado da afirmação familiar de que **uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado** (POLANYI, 2012, p.60; destaques nossos).

Voltando ao documento elaborado pelo Ministério do Turismo, cumpre ressaltar as escassas menções a palavras e expressões situadas no campo social ou que evidenciem, claramente, o compromisso com o empoderamento dos grupos subalternos, de enfrentamento das desigualdades e de ampliação do horizonte de oportunidades dos estamentos inferiores da sociedade brasileira. A expressão “inclusão” é mencionada 25 vezes, sendo que apenas cinco delas aparece referida como “inclusão social”. O termo “desigualdades” é referido uma única vez no texto, ao passo que “comunidade local” aparece sete vezes. Apesar da reiterada ênfase mercadológica há uma ressalva que soa

como uma espécie de ironia ou paradoxo do aludido documento ao ponderar que:

Além disso, é preciso saber lidar com algumas críticas quanto ao incentivo a esse segmento, sobretudo às que se referem à **possível transformação do patrimônio cultural em bem de consumo, o que poderia acarretar a perda de seu significado** (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p.58; destaques nossos).

Depois de abundar no uso de um léxico marcadamente pautado na acepção mercadológica do turismo cultural, tal manifestação aparece um claro contrassenso. Converter o patrimônio em um bem de consumo é a tônica das ações propostas. A mercantilização tem por corolário o empobrecimento da cultura e, por consequência, do ser humano como um todo, como bem advertiu Adorno, um dos grandes ícones da Escola de Frankfurt ao revelar os contornos do que se veio a denominar “Indústria Cultural” e os mecanismos que ensejaram o seu surgimento.

Em última instância, mercantilizar a cultura é mercantilizar a vida. Tal cenário parece reproduzir uma das conhecidas fábulas da mitologia grega, qual seja, a que narra a sorte de Midas, o rei da Frígia, agraciado com o dom de converter em ouro tudo aquilo que suas mãos tocavam. Restituir sua natureza primitiva e desfazer o encanto era uma questão de vida ou morte. Essa versão mercantilizada e mercantilizadora da cultura, constante no documento do Ministério do Turismo, acaba por moldar uma estética voltada ao consumismo. Estabelece o valor mercantil como instrumento “legitimador” de práticas e iniciativas de valorização de bens materiais e imateriais. Sob essa lógica, estamos fadados a reproduzir os mecanismos de exclusão social e a sufocar as manifestações genuínas de uma cultura nacional rica e altamente diversificada.

3. O lugar do passado no eterno país do futuro: o caso do turismo cultural na cidade de Pelotas, RS

Pelotas é uma cidade localizada no extremo meridional do Brasil. O último censo demográfico (IBGE, 2022) registrou uma população correspondente a 325.689 habitantes, dos quais apenas 6,5% vivem no campo. Em termos de Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, Pelotas está posicionada no 9º lugar entre os demais municípios sul-rio-grandenses, segundo a mesma fonte. O PIB per capita equivale a 27.671,06 R\$, situando Pelotas no posto 356 entre os 497 municípios existentes no Rio Grande do Sul.

A última edição disponível do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi elaborada com dados do censo demográfico de 2010. Naquela altura Pelotas registrava um IDH equivalente a 0,739. No ranking dos municípios brasileiros e gaúchos situava-se no posto 795 e 159 respectivamente (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2023).

Pelotas é conhecida por ser uma cidade que detém um rico acervo arquitetônico com seus edifícios antigos construídos em estilo neoclássico que teimosamente resistem à ação do tempo e das inclemências climáticas. Figuram em destaque dois imponentes teatros

(7 de abril e Guarani), sendo o primeiro deles objeto de tombamento, em 1979, pelo Instituto do Patrimônio Histórico (IPHAN), além de ser considerado o mais antigo teatro em funcionamento no país.

Situados ao redor da Praça Coronel Pedro Osório, grandes casarões em estilo eclético e outros tantos edifícios monumentais espalhados pelo casco urbano da cidade são a prova viva da época dourada desta localidade gaúcha que durante muito tempo rivalizava com a capital (Porto Alegre) em termos de importância econômica e política. A descrição da estrutura dos palacetes dá-nos algumas pistas sobre o grau de refinamento alcançado pela elite pelotense em seus áureos tempos de glória:

[...] a sua arquitetura utilizou projetos, materiais e elementos decorativos importados da Europa e expressa o poder e a sofisticação das ricas famílias locais. A poética do classicismo manifesta-se nestes palacetes, repletos de analogias à Antiguidade e ao Renascimento, representando “civilização”, “cultura” e “bom gosto”. (LONER, GIL e MAGALHÃES, 2017, p.93; destaques no original)

Toda a riqueza e suntuosidade, grandeza e sofisticação (Figuras 1 e 2) estão inextricavelmente ligados ao auge da produção de charque, produto decorrente da salga e cura de carne bovina que depois de sua elaboração final era exportado para outras regiões do Brasil e inclusive para outros países do chamado novo mundo (EUA, Cuba). Foi assim que nasceu a chamada “aristocracia do charque”, uma classe opulenta cuja riqueza foi edificada mediante a exploração da força de trabalho de africanos escravizados. Em 1780 foi erguida a primeira charqueada em Pelotas, sendo que o auge desse ciclo econômico dar-se-á durante a segunda metade do século XIX.

Figura 1. Casarão 6, centro de Pelotas. Tombado pelo IPHAN.



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Conforme dados reunidos no Dicionário de História de Pelotas, o censo de 1872 é o primeiro registro de informações mais detalhadas sobre a população pelotense, indicando a existência de 21.163 habitantes na cidade, dos quais nada menos que 3.575 (quase 17%)

eram homens e mulheres sob a condição de escravos. Todavia, no início do povoamento de Pelotas, quase metade da população era formada de cativos (LONER, GILL e SCHEER, 2012, p.136). O maior contingente de pessoas escravizadas no Rio Grande do Sul vivia em Pelotas, sendo a esmagadora maioria ocupada nos estabelecimentos charqueadores, cujo número total ascendeu a 40 no auge desse ciclo econômico. Estavam estes seres humanos submetidos às mais cruéis jornadas de trabalho e a frequentes castigos físicos infligidos pelos feitores. Fontes históricas revelam que:

[...] a jornada de trabalho começava à meia-noite – com o trabalho do abate sendo feito à luz de lampiões – e se prolongava até o meio da manhã, quando o lote já estivesse retalhado. Depois da matança, outras tarefas esperavam os trabalhadores, como a salgação e o contínuo empilhar, desempilhar e estender as mantas de charque, tarefas cotidianas e, às vezes, também o auxílio no descarregamento do sal. No auge da safra, o dia de trabalho poderia ter 16 horas, pelo menos. Após o serviço, os trabalhadores estiravam-se sobre a tarimba para acordar novamente com a sineta à meia-noite e iniciar nova jornada, em tudo igual à anterior (LONER, GILL e SCHEER, 2012, p.141).

Pelotas era uma cidade que gozava de enorme prestígio durante o tempo do império, sendo mais importante que a capital da província (Porto Alegre). Há diversas causas para explicar a decadência das charqueadas pelotenses, incluindo a concorrência exercida pela produção uruguaia e argentina que obtinham o charque a um preço mais competitivo, bem como a extinção do regime escravocrata e a implantação do novo sistema de governo (república) antes do Brasil.

Grandes frigoríficos de capital inglês assumem uma parte do espaço ocupado pela produção charqueadora no abate regional de gado bovino. No começo do século XX Pelotas e região viveram uma crise econômica que se acentuou com o abalo produzido pela quebra da bolsa de Nova York (1929). A falência do Banco Pelotense é emblemática, em que pese o fato de ser esta uma instituição financeira que era a mais importante do estado e a terceira maior do país, chegando a possuir 70 agências distribuídas por cinco estados brasileiros (LONER, GIL e MAGALHÃES, 2017, p.28).

Mas a cidade que floresceu e que viu surgir uma casta de abastados “barões do charque” é também conhecida como a terra dos doces. Ironicamente o sal do charque produzido e o açúcar dos doces estão interligados do ponto de vista histórico. Assim,

Segundo o antropólogo pernambucano Gilberto Freyre, explica-se essa tradição a partir do intercâmbio charque-açúcar. Os navios que levavam o charque para o Nordeste traziam, de torna-viagem, grandes quantidades de açúcar, transformados, no interior dos casarões pelotenses, em doces finos, confeccionados geralmente à base de ovos, conforme a melhor tradição portuguesa (LONER, GIL e MAGALHÃES, 2017, p.108).

Figura 2. Solar da Baronesa construído em 1863, tombado pelo IPHAN



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Desde 1986 ocorre a festa nacional do doce de Pelotas (FENADOCE), um evento gastronômico que exalta a cultura doceira desta cidade gaúcha para o Brasil e para o exterior. Outro fato importante é a inserção da tradição doceira no Livro de Registro do Patrimônio Imaterial, na categoria de saberes do IPHAN. Bem-casado, marmelada, quindim, pessegada, ninho, camafeu, figo em calda, amanteigado, ameixa recheada, abóbora cristalizada, bolo de noiva e tantas outras delícias são integrados dentro do rol de artigos com forte apelo cultural. A descrição constante na página do IPHAN exalta a singularidade de Pelotas como lócus desta tradição culinária:

Pelotas encontra-se no epicentro de uma região doceira que abarca uma multiplicidade de saberes e identidades sob a forma de duas tradições: a de doces finos e a de doces coloniais. O doce desempenha um papel peculiar na composição da sociedade regional, sendo um elemento cultural que amarra a diversidade de grupos étnicos e sociais que a compõem. As duas tradições doceiras surgiram entrelaçadas ao desenvolvimento da sociedade local e em relação com processos históricos e culturais de abrangência regional e nacional. Essa vinculação e o fato de terem se desenvolvido em uma área do país que nunca produziu açúcar são particularidades que distinguem tais tradições doceiras e a região de sua ocorrência. As tradições doceiras têm, também, estreita relação com o patrimônio edificado da cidade de Pelotas (IPHAN, 2018).

Os ares aristocráticos, como reiteramos anteriormente, estão espalhados por toda a cidade. O rol de patrimônio edificado e tombado pelo IPHAN inclui o Teatro Sete de Abril, a Catedral de São Francisco de Paula, o Grande Hotel, a Biblioteca, o Paço Municipal, o Mercado Municipal, a Casa nº 2, Casa nº 6, a Secretaria de Finanças, a Fonte das Nereidas, a Praça Coronel Pedro Osório, o Largo do Mercado, o Beco das Artes e o Beco dos Doces e das Frutas. Falaremos agora sobre o acervo monumental da urbe pelotense, assim como e

de uma das grandes contradições que a realidade esconde.

Estátuas erguidas por artistas plásticos e escultores locais e estrangeiros enaltecem próceres e figuras que fizeram parte da história política regional (Coronel Pedro Osório, Domingos de Almeida, Brusque Filho, Dr. Urbano Garcia, etc.). Já o “Monumento ao imigrante”, também conhecido como “monumento ao colono”, esculpido em bronze, foi erguido em comemoração ao centenário da colonização alemã em Pelotas (1858-1958). Vale frisar que o processo de assentamento de colonos (alemães, franceses, italianos, pomeranos) na chamada “Serra dos Tapes” se deu na segunda metade do século XIX, em meio à transição do regime monárquico para o regime republicano.

No começo do século XX havia 61 núcleos coloniais em Pelotas que acabaram por originar um importante segmento de produtores familiares dessa região do Brasil. Há ainda a estátua do “Bombeador” (esculpida em bronze) dedicada à figura do gaúcho e à chamada “epopeia farroupilha”. As esculturas mais importantes foram forjadas pelas mãos de Antonio Caringi, artista pelotense que foi igualmente responsável por lapidar a mais importante imagem icônica do Rio Grande do Sul: “O Laçador”, integrada ao patrimônio histórico e cultural de Porto Alegre e reverenciada pelo povo sul-rio-grandense.

Mas o fato mais surpreendente no rol da iconografia pelotense é a sonora ausência de qualquer menção ou referência à contribuição do negro à formação da riqueza da cidade, muito menos para a construção da cultura regional. O negrinho do pastoreio, obra inaugurada em 1963, de autoria do escultor Vasco Prado, é a única figura negra retratada como estátua em Pelotas. Todavia, o que ali está representado não é a força vital dos trabalhadores escravizados envidada durante o auge do ciclo do charque, nas estâncias, ou mesmo dos guerreiros que estiveram envolvidos nas inúmeras guerras regionais, a exemplo da revolução farroupilha (1835-1845), revolução federalista (1893-1895) e inclusive na chamada guerra do Paraguai (1864-1870)

Trata-se, em verdade, da representação (em bronze) do personagem principal de uma fábula narrada na obra máxima (Contos gauchescos e lendas do Sul) do escritor pelotense João Simões Lopes Neto, que ironicamente conta a estória das crueldades sofridas por um menino negro pelas mãos de um estancieiro cruel. Tal lenda integra o imaginário popular do Rio Grande do Sul e da região platense.

O apagamento do papel desempenhado pelos africanos escravizados está na raiz da constituição do povo pelotense. Os mecanismos de exclusão fática do povo negro operam muito antes da criação da então Freguesia de São Francisco de Paula (1812). O preconceito racial está fortemente impregnado nas inúmeras estruturas de poder. Sobre a tradição doceira de Pelotas, vale dizer que inexistem referências que mencionam a contribuição do negro nesse âmbito. A título de exemplo, vale dizer que o famoso quindim, doce feito à base de ovos e coco, remete a um vocábulo de origem africana que inclusive é

mencionado na célebre canção de Ari Barroso (“Na Baixa do Sapateiro”), cujos versos aludem a esta preciosa iguaria da tradição culinária pelotense:

Os quindins de laiá
Cumé, cumé, cumé?
Os quindins de laiá
Cumé, cumé, cumé?
Os quindins de laiá

Havia também as quitadeiras negras que vendiam seus doces nas ruas de Pelotas, a exemplo do “puxa-puxa”, à base de melado de cana de açúcar. Mas depois de muito tempo transcorrido desde que a cidade ganhou fama, só agora, nos últimos anos é que a participação dos afro-brasileiros vem sendo mencionada em documentos públicos de divulgação deste evento regional. Até então toda a riqueza é atribuída à origem lusitana. Os doces em pasta (pessegada, goiabada, compotas de pêssego, etc.) representam o legado dos imigrantes europeus (alemães, franceses, italianos) e de seus descendentes que habitam as colônias da Serra dos Tapes. Para o argumento que embasa este artigo há outro aspecto que merece ser assinalado.

Em 2003 a Rede Globo de Televisão trouxe ao ar a minissérie “A casa das 7 mulheres”. Trata-se de uma adaptação do romance homônimo escrito por Leticia Wierzchowski, cujo enredo remete ao período correspondente à revolução farroupilha (1835-1845), em que um conflito armado – o mais duradouro da história brasileira - é visto sob a óptica de sete mulheres imersas num ambiente de convulsão social e de incertezas. Uma das charqueadas de Pelotas (São João) se converte no set de filmagem de boa parte das cenas protagonizadas por artistas consagrados da Rede Globo de Televisão (Figura 3.)

Figura 3. Charqueada São João (Pelotas), onde foram filmadas diversas cenas da minissérie “A casa das 7 mulheres” e há vários anos aberta à visita turística.



Fonte: Acervo dos autores (2020)

A minissérie serviu para fortalecer o interesse turístico pelas charqueadas pelotenses. Além da visita, surge a possibilidade de os visitantes contratarem o serviço de barqueiros para percorrer o Arroio Pelotas, ao qual as charqueadas estão ligadas desde sua construção por ser este o meio de transporte, através do qual, o charque produzido nestes estabelecimentos era levado até os portos de Rio Grande ou São José do Norte, de onde seguia para os diversos destinos. Há vários anos as charqueadas pelotenses se prestam a outra finalidade, qual seja, a de servir de local de celebração de festas (casamentos, aniversários, etc.) e outros eventos levados a cabo dentro de espaços que evocam os tempos gloriosos da elite abastada de Pelotas.

Entrementes, há um fato que provoca enorme desconcerto entre os pelotenses, mormente entre os que não se contentam com o reiterado louvor ao tempo de prestígio e opulência que marcou o auge do ciclo do charque, do tempo dos barões e baronesas. Referimo-nos, concretamente, ao mal-estar produzido quando o assunto é a escravidão e as atrocidades cometidas em nome de um sistema de organização econômica, política e social que se manteve ativo até os estertores do império, quase às vésperas do século XX.

Proprietários e administradores das antigas charqueadas adotam duas estratégias básicas para lidar com o desconforto do que se poderia chamar de “herança maldita” dos tempos áureos destas antigas edificações, hoje consagradas à fruição dos turistas e

visitantes em geral. Uma delas é a de demolir as antigas senzalas e ocultar os equipamentos (correntes de libambo, coleiras, algemas, grilhões, etc.) que eram empregados neste espaço para aprisionar e castigar os cativos.

As senzalas eram sempre lugares inóspitos, lúgubres e insalubres onde homens e mulheres ficavam encarcerados, preparavam suas comidas, realizavam suas refeições e dormiam depois das extenuantes jornadas de trabalho. A outra estratégia é restringir as visitas turísticas ao interior da casa senhorial, deixando em evidência os cômodos das famílias dos proprietários das charqueadas, os móveis e os utensílios destes típicos casarões rurais.

Obliterar qualquer intento de evidenciar os vestígios do período escravocrata tem sido a tônica da sociedade pelotense. O fato é que a herança escravocrata é um tema tabu que atravessa gerações e permanece latente no funcionamento das instituições, das relações travadas entre os atores sociais, na celebração das festas populares, nos espaços públicos e nas manifestações de caráter cívico, a exemplo da Semana Farroupilha ou da Semana da Pátria.

A contribuição dos afrodescendentes à cultura local é marcante em diversos festejos artísticos de Pelotas. Os clubes carnavalescos negros ocuparam um lugar de destaque ainda no século XIX, a exemplo da associação "Satélites do Progresso" (1891) e "Flores do Paraíso" (1898). Nas décadas subsequentes surgem agremiações sociais e blocos que marcaram época como o "Depois da Chuva" (1916), "Chove Não Molha (1919) "Quem ri de nós tem paixão" (1921), "Fica Aí Para Ir Dizendo" (1921), "Está Tudo Certo" (1931). Grande parte destas sociedades, criadas por afrodescendentes pelotenses, não mais existem, à exceção do atual "Clube Cultural Fica Aí" (LONER, GIL e MAGALHÃES, 2017, p.82).

Os dados do último censo demográfico (IBGE, 2022) ainda não oferecem informações detalhadas sobre a composição étnica das cidades brasileiras. Na edição anterior (2010) se indicava que 80,2% dos 328.275 habitantes de Pelotas se consideravam brancos, enquanto 10,7% e 8,6% se identificavam como pretos e pardos, respectivamente. Todavia, importante lembrar que o último censo (IBGE, 2022) indica a existência de 965 pessoas que vivem em comunidades quilombolas de Pelotas, um contingente nada desprezível de indivíduos que representam a prova viva das antigas comunidades de resistência de escravos que lograram escapar das atrocidades vividas no interior das charqueadas.

No interior dos quilombos a terra é de propriedade social ou coletiva, havendo enormes desafios no que tange ao reconhecimento, regularização e titulação destes precários domínios. As pessoas que vivem nestes espaços ganham o seu sustento, em grande medida, através da venda de sua força de trabalho nos estabelecimentos agropecuários próximos, cujos donos são produtores melhor posicionados. É trabalhando

como safristas que realizam os conhecidos biscates na colheita de fumo, de pêsego e outras atividades temporárias.

Sujeitos à invisibilidade oficial, homens e mulheres negras que vivem nos espaços rurais são frequentemente indocumentados e distantes de qualquer indício de cidadania. Apesar do preconceito racial, os afrodescendentes que vivem no perímetro urbano de Pelotas gozam de condições melhores que os habitantes dos quilombos na medida em que as chances de acessar as estruturas de ascensão social (escolas, universidades, colégios técnicos, etc.), de formação laboral e de aprendizagem de certos ofícios são muito maiores. Apesar disso, não há como negar os filtros que operam numa sociedade estamental. Valem aqui as ponderações feitas por Theodoro quando este afirma:

A pobreza, a miséria e, principalmente, a desigualdade são fenômenos que remontam à própria criação do Brasil, e têm raízes na questão racial. Os quase quatro séculos de escravidão forjaram as condições para o aparecimento, o fortalecimento e o conseqüente protagonismo do racismo como fator de organização e estruturação das relações sociais no país. Desse modo, o racismo consolidou-se como a ideologia que diferencia e hierarquiza as pessoas em uma escala de valores que tem como polo positivo o biotipo branco caucasiano e como polo negativo o biotipo negro africano. É sob essa valoração que a sociedade brasileira se organiza e opera — e é nela que se baseia o reconhecimento social do indivíduo, historicamente construído e que explica a perpetuação da desigualdade (THEODORO, 2022, p.15).

A imersão que aqui fizemos sobre a realidade de Pelotas é limitada por razões de espaço. Estamos cientes da necessidade de aprofundamento sobre a matéria e da necessidade de propor outras chaves analíticas que ampliem a perspectiva dos elementos aqui enunciados. Por outro lado, cada vez se é mais convicto de que o racismo está impregnado nos tecidos profundos de nossas estruturas sociais. Diante do imperativo de mudar esta realidade a tarefa não recai sobre os ombros dos poderes constituídos, mas de toda a sociedade.

Nesse sentido, a dimensão cultural precisa ser compreendida como instrumento de transformação social, mormente de ruptura com uma herança maldita de práticas de ocultação e de silenciamento. As políticas de valorização do patrimônio cultural no Brasil não estão identificadas com a luta contra as mais sutis e perversas formas de discriminação racial. Em verdade, tratam de reproduzir esquemas de dominação, assim como uma narrativa edificada na reprodução de dispositivos de dominação e preservação dos privilégios de uma elite branca, patrimonialista e preconceituosa.

Enaltecer o passado luminoso das classes dominantes pode ser entendido como expressão de um projeto estético que é preservado e atualizado dentro das mais distintas esferas de poder, inclusive entre as camadas médias e baixas que gravitam em torno dos donos do poder. É desse modo que tais elites buscam alcançar coesão social, bem como estabelecer continuidade com um passado histórico modelado segundo os interesses das

classes dominantes.

Foi através da sociologia de Pierre Bourdieu que aprendemos que a cultura dominante é a cultura das classes dominantes, admitida como intrinsecamente superior às demais expressões culturais. Nos parecem bastante profícuas as observações de Catani, Nogueira, Hey e Medeiros (2017, p.137), ao analisarem o enfoque adotado por Bourdieu acerca da importância da cultura como fator de dominação social. Segundo estes autores,

[...] as práticas culturais nada têm de ingênuas ou inofensivas, pois estabelecem, de maneira dissimulada, uma lógica de distinção que é, ao mesmo tempo, produto e reprodutora de uma hierarquia social; por conseguinte, o significado das coisas, o sentido do mundo social que as práticas culturais carregam e difundem são aspectos da dominação simbólica exercida pelas classes dominantes. [...] Cultura e política, para Bourdieu, apresentam-se como elementos indissociáveis, uma vez que é por meio da primeira que se torna possível o exercício eficaz do poder e da dominação (destacado no original).

Diante disso, alguns pensadores advogam em favor de uma cultura genuinamente popular que pudesse congrega as expressões artísticas das camadas posicionadas nos estratos inferiores das estruturas de poder e que servisse de contraponto às hierarquias consolidadas. Entretanto, autores como Bourdieu são muito céticos em relação às possibilidades de reabilitar as culturas subalternizadas e invariavelmente consideradas como inferiores. O assunto é polêmico e demanda novos estudos que explorem as contradições que esse debate encerra.

4. Considerações Finais

O conteúdo da cultura de uma dada sociedade pode ser capturado e manipulado ideologicamente, dissociando-se totalmente da realidade das condições sociais em que opera. Diante dessa conjuntura, a cultura age como forma de domesticação do homem, de moldagem a um ambiente estruturado que se impõe sobre os indivíduos desde tenra idade através do processo de socialização levado a cabo dentro do ambiente doméstico, nas escolas, nas universidades, nos espaços públicos, nos lugares de culto e de fruição.

A visão mercantilizada e mercantilizadora da cultura que emerge dos documentos do Ministério do Turismo empobrece o debate em seu afã por moldar uma estética voltada ao consumismo. Sob a lógica da cultura e do turismo "como negócio", estamos fadados a reproduzir "ad aeternum" os ultrajantes mecanismos de exclusão social e a sufocar as genuínas manifestações de uma cultura nacional rica e altamente diversificada.

O Plano Nacional de Turismo (2018-2022) e o guia Turismo Cultural - Orientações Básicas que analisamos nesse artigo foram concebidos a partir de uma lógica que se afasta frontalmente do espírito de construção de uma cultura popular que pudesse servir de base para reabilitar o que sempre esteve oculto ou que pelo menos traga ao debate público os contornos de um tema cuja importância é absolutamente transcendental para o país.

A incapacidade de restituir o passado condena o Brasil a ser o eterno país do futuro. O exemplo de Pelotas que evocamos para desenvolver a parte final desta reflexão mostrou que o que está em jogo não é somente o direito à memória, mas a transformação dos dispositivos que reproduzem uma visão de cultura que entorpece a construção de uma identidade nacional. A incapacidade de formular respostas a estes dilemas lança o Brasil e as instituições que militam no campo da cultura ao mesmo destino do vilarejo baiano de Javé que sucumbiu em meio à desídia e à ignorância de sua gente. Se os elementos que foram trazidos à reflexão ajudam a ampliar a perspectiva sobre o turismo cultural no Brasil, damos por sentadas as premissas que ensejaram a elaboração deste artigo.

5. Agradecimentos

Este trabalho não poderia ter sido realizado sem o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através da concessão de bolsa de produtividade em pesquisa ao primeiro autor (Processo nº 302862/2021-8), a quem registra o seu agradecimento.

Referências bibliográficas:

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed.- Brasília: 2011.

BRASIL. Turismo Internacional. Brasil recebe mais de 3,63 milhões de turistas internacionais em 2022. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/brasil-recebe-mais-de-3-63-milhoes-de-turistas-estrangeiros-em-2022>

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Tradições Doceiras de Pelotas (RS) se tornam patrimônio imaterial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4642>

BRASIL. Censo demográfico do IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>

CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina. **Vocabulário Bourdieu**. São Paulo: Autêntica, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FUNARI, Pedro Paulo; ROBRAHN-GONZALEZ, Érika. Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil. **História**, v. 27, p. 13-30, 2008.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório. **Dicionário de História de Pelotas**. 2. ed. Pelotas: EdUFPel, 2012.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; SCHEER, Micaele Irene. As enfermidades de escravos nos livros de registro de movimento da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, RS 1870-1888. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 19, p. 133-152, 2012.

MORALES MIRANDA, Jorge. La interpretación del patrimonio natural y cultural: Todo un camino por recorrer. **Boletín IAPH**, nº 25, p. 150-157, 1998. <https://doi.org/10.33349/1998.25.732>

PADRÓ, Jordi. La interpretación del patrimonio. Contexto, situación actual y tendencias de futuro. In: Consejería de Cultura (Ed.). **Jornadas Andaluzas de Difusión: III, IV y V Jornadas**. Sevilla: Junta de Andalucía, 2002. p. 41-47. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=6665>

STROHER, Carlos Eduardo. História em revolução: Michel Foucault e a produção do conhecimento histórico. **Diálogos (Maringá)**, v. 18, p. 15-48, 2014.

POLANYI, Karl. (2012). **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Elsevier.

THEODORO, M. L. **A Sociedade Desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. v. 1. 447p

TILDEN, Freeman. **Interpretando nuestro Patrimonio**. University of North Carolina Press, 1957.

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. UNWTO Tourism Recovery Tracker 2020. Disponível em: <https://www.unwto.org/tourism-data/unwto-tourism-recovery-tracker>